

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, com sede na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ, torna público, para o conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo **menor preço Global**, sob o regime de Empreitada por Preço Global, devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Mobilidade Urbana, na forma do disposto no processo administrativo nº 4046/2023, que será regida pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, bem como as especificações deste Edital e as demais normas que regem a matéria, que os licitantes declaram conhecer e sujeitar-se a elas incondicional e irrestritamente, para os serviços técnicos de engenharia especializada para elaboração e posterior acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Quissamã, que deverá estar integrado ao Plano Diretor Municipal.

Data de entrega e abertura dos envelopes: 18 de abril de 2024.

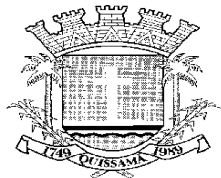
Horário: 09:30 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, situada na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ.

1 – DO OBJETO

1.1 – O objeto desta licitação é a contratação de empresa para os serviços técnicos de engenharia especializada para elaboração e posterior acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Quissamã, que deverá estar integrado ao Plano Diretor Municipal, conforme especificações e elementos técnicos constantes no Projeto Básico, e demais anexos deste Edital.

1.2 – Integram este Edital os seguintes anexos:



ANEXO I – Projeto Básico;

ANEXO II – Planilha composição do Preços;

ANEXO III – Discriminação dos recursos

ANEXO IV – Composição do BDI;

ANEXO V – Cronograma de desembolso;

ANEXO VI – Parcelas de Maior Relevância Técnica;

ANEXO VII – Modelo de Atestado de Visita ao local do serviço;

ANEXO VIII – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO IX – Modelo de Declaração relativa ao trabalho de menores, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;

ANEXO X – Modelo de Declaração de ME, EPP ou MEI;

ANEXO XI – Minuta de Contrato.

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 – A despesa com o objeto desta licitação é estimada no valor máximo de R\$ 260.556,41 (duzentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) e será atendida pela Funcional Programática: 264510079.2.095, Despesa Econômica: 3390.39.00.00, Ficha: 4132.

2.2 – O valor estimado dos serviços foi orçado de acordo com o levantamento elaborado pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, com preço base na Tabela EMOP referente ao mês de dezembro de 2022.

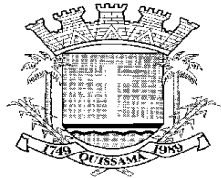
3 – PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 – O prazo estimado para a execução dos serviços decorrentes do objeto desta licitação é de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados da Autorização de Início dos Serviços.

3.2 – Na contagem dos prazos anteriormente definidos, deverão ser excluídos os dias de início e incluídos os dias de vencimento ou o dia subsequente em que haja expediente na PMQ. Os dias definidos como prazos deverão ser considerados corridos.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar da presente licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, **cadastrados na Prefeitura Municipal de Quissamã** ou que atenderem a todas



as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

4.2.1 – Suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal direta e indireta, nos termos do inciso III, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

4.2.2 – Já incurso na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

4.2.3 – Em consórcio ou grupo de empresas;

4.2.4 – Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

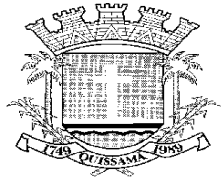
4.3 – Caso constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item anterior, ainda que a posteriori, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes sujeitos às penas legais cabíveis, constantes da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

4.5 – Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

4.5.1 – O autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, salvo como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento; ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

4.5.2 – Servidor da Prefeitura Municipal de Quissamã;



4.5.3 – Membros da Comissão Especial de Licitação.

4.6 – A empresa interessada em participar desta licitação deverá apresentar, exclusivamente, os documentos requeridos neste Edital, os quais deverão ser encaminhados nos respectivos **ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e **ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇO**, não se considerando quaisquer outros documentos e/ou envelopes não solicitados.

4.6.1 – O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação ou desclassificação do licitante.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 – Na data, horário e local indicados neste edital, as empresas interessadas deverão se credenciar junto à Comissão Especial de Licitação.

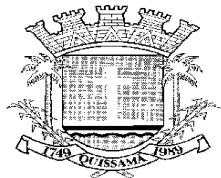
5.2 – Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados à Comissão Especial de Licitação, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

5.3 – Os documentos referidos nas alíneas “a” e “b” do subitem 5.4 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor lotado no Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial, e não serão devolvidos aos licitantes, pois integrarão o processo licitatório. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para não ocorrer atraso na hora do certame.

5.4 – Para o Credenciamento deverá ser apresentado os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado): cópia do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente em vigor, devidamente registrado na junta comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b) Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou instrumento particular, com firma reconhecida, conforme Termo de Credenciamento (Anexo IV), com amplos poderes



para representá-la em todos os atos e fases do certame., acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.5 – Junto aos documentos descritos no item anterior, as empresas interessadas deverão apresentar cópia do Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de Quissamã.

5.6 – O representante (legal ou procurador) deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.7 – Não será admitida a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa licitante.

5.8 – A falta do instrumento do mandato não inabilitará a licitante, mas o representante ou credenciado não responderá pela licitante, nem, em seu nome, poderá praticar quaisquer atos.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – Os documentos referentes à HABILITAÇÃO e à PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser entregues, impreterivelmente, no local, dia e hora determinados neste Edital, mediante a apresentação de 02 (dois) envelopes opacos, devidamente lacrados e rubricados, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social e do CNPJ da licitante, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2024

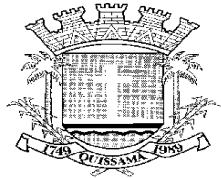
ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

E

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2024

ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS



7 – ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1 – O proponente deverá apresentar dentro do envelope “A” todos os documentos exigidos no subitem 7.6 como condição para participar do certame cujo descumprimento resulta automática inabilitação.

7.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para não ocorrer atraso na hora do certame.

7.3 – Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Comissão Especial de Licitação.

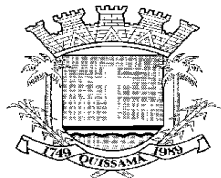
7.4 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7.5 – As folhas da documentação deverão estar numeradas em ordem crescente, e não poderão conter rasuras ou entrelinhas e serão rubricadas pelo representante da licitante.

7.6 – A DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ CONTER:

7.6.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentação de eleição de seus administradores;
 - c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
-



d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.6.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.), mediante apresentação da consulta ao site <http://www.receita.fazenda.gov.br>;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, extensiva às contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, podendo ser demonstrada por meio de Certidão Positiva com efeitos de negativa;

d) Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dentro da validade na data da licitação;

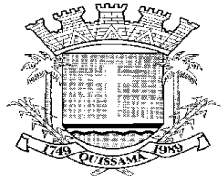
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, segundo o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT; mediante apresentação da consulta ao site <http://www.tst.gov.br/certidão>;

f) Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.

g) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

7.6.2.1 – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.6.2.1.1- a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, no entanto, por ocasião da



participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.6.2.1.2- havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.6.2.1.3- a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para assinar o contrato, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.6.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

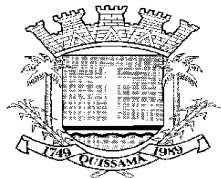
a) Certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. As certidões serão válidas pelo prazo de 90 dias, a partir de sua expedição, até sua apresentação na data da licitação, se outro prazo não constar no documento.

b) Não constituirá motivo de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação desta concorrência.

c) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor vencido pela empresa.

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

e) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os Balanços Patrimoniais e Demonstrações Contábeis que contenham as seguintes exigências:



I) A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o Balanço Patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica nos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário.

II) Quando se tratar de sociedades anônimas, o Balanço Patrimonial deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

III) Quando se tratar de outro tipo societário, o Balanço Patrimonial acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

IV) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o Balanço Patrimonial de Abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

f) Índices:

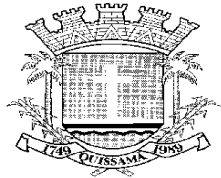
I) Liquidez Geral (LG) igual ou maior que 1(um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante (AC) com o Ativo Não Circulante (ANC) pela soma do Passivo Circulante (PC) com o Passivo Não Circulante (PNC).

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{ANC}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

II) Liquidez Corrente (LC) igual ou maior que 1(um). Será considerado como Índice de Liquidez Corrente o quociente do Ativo Circulante (AC) pelo Passivo Circulante (PC).

$$\text{LC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

III) Solvência geral (SG) igual ou maior que 1(um). Será considerado como Índice de Solvência Geral o quociente do Ativo, pela soma do Passivo Circulante (PC) com o Passivo Não Circulante (PNC).



Ativo

SG = -----

PC + PNC

7.6.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.6.4.1-TÉCNICA-OPERACIONAL: As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-operacional, mediante a apresentação dos seguintes documentos

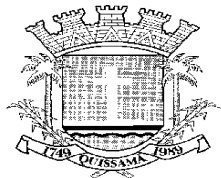
a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome da licitante pela região que estiver vinculada ou sede, com validade para o presente exercício. Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do CREA-RJ ou do CAU-RJ, quando da assinatura do contrato.

b) Prova de possuir no Acervo Técnico da Licitante atestado(s) de execução de serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância **de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos no Anexo II.**

b.1) A comprovação de execução dos serviços mencionados poderá ser feita mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados referentes a um único ou a diversos contratos, com pelo menos os seguintes dados da CONTRATADA: (I) Nome (razão social), CNPJ e endereço completo; (II) Denominação, descrição e finalidade dos serviços; (III) Local de instalação ou de execução dos serviços; (IV) Período e prazo de realização; e (V) Volume dos serviços (quantidades, dimensões, etc.).

c) **Atestado de Visita, fornecida pelo órgão licitante, de que vistoriou o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações desta licitação, ou Declaração Formal, conforme previsto no Item nº 15 deste Edital.**

7.6.4.2 - TÉCNICA-PROFISSIONAL (RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO SERVIÇO): As licitantes deverão comprovar qualificação técnico-profissional, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

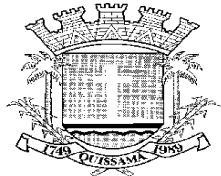


- a) Certidão de Registro de Pessoa Física, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome dos responsáveis técnicos, pela região que estiver vinculada ou sede;
- b) Prova de possuir no seu quadro pessoal, na data da Tomada de Preços, profissionais de nível superior detentores de atestados de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, averbados pelo CREA ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executados serviços pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica do objeto deste Edital, constante no ANEXO II, **vedadas às exigências de quantidades mínimas ou prazos.**
- c) A comprovação de que o (s) profissional (is) mencionado (s) no subitem “b”. pertence (m) aos quadros da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, contrato de prestação de serviços ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional onde se compromete a compor o quadro da empresa licitante caso venha a ser contratada.
- d) Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social da licitante comprovará o vínculo.
- e) É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico/Coordenador por mais de uma licitante. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

7.6.5 – DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o Anexo V deste edital, expressando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.6.6 - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)



As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar DECLARAÇÃO de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei, conforme Anexo VI deste Edital (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte).

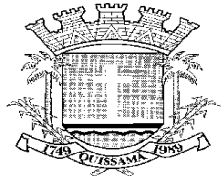
8 - ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 – O envelope “B” conterá proposta de preços, em carta dirigida a Comissão de Licitações, contendo o nome, CNPJ, endereço e telefone, endereço eletrônico da empresa e e-mail do responsável, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em Língua Portuguesa (permitido o uso de expressões técnicas de uso comum em outra língua), datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais, mencionando o valor total de sua proposta, o prazo de execução do serviço, validade da proposta, e declarar que aceita o cronograma de desembolso constante deste Edital. Deverá apresentar também planilhas de serviços e preços unitários em papel timbrado da empresa, indicando os serviços e quantidades constantes do orçamento oficial com os respectivos preços da proponente.

8.1.1 – O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global. As planilhas de quantidades e serviços constantes do edital deverão ser reproduzidas pelos licitantes, indicando os preços unitários dos serviços para efeito de elaboração das medições e julgamento das propostas.

8.1.2 – O Licitante terá sua proposta de preços desclassificada se o preço unitário ofertado ultrapassar os preços unitários dos itens das planilhas orçamentárias apresentadas no Anexo I/I do edital.

8.1.3 – Todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços estão sendo fornecidos pela administração, de forma que as empresas interessadas tenham completo conhecimento do objeto da licitação. Caso haja divergência entre os quantitativos e serviços apresentados no orçamento oficial, comparativamente aos obtidos pelas empresas interessadas a partir do projeto/especificações fornecidos, tais itens deverão ser apresentados em planilha complementar somente quando o resultado total superar ao orçamento oficial.



8.2 – Não serão consideradas propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, além das que contiverem preços vis ou excessivos face aos preços correntes no mercado; igualmente as elaboradas em desacordo com a legislação aplicável e as normas do Edital.

8.3 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município, em hipótese alguma será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos na licitação ou os seus resultados.

8.4 – Serão desclassificados os itens com mais de duas casas decimais ou rasurados. Aplica-se, também a planilha de preços e serviços.

9 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES E SESSÃO DE ABERTURA

9.1 – Os envelopes “A” e “B”, concernentes à habilitação e proposta de preços, deverão ser entregues devidamente lacrados, pelos representantes habilitados pelas empresas, à Comissão de Licitações, no dia, horário e local indicado.

9.2 – Quando a empresa se fizer representada diretamente pelos sócios ou diretores contratualmente habilitados, deverão os mesmos apresentar os documentos elencados no subitem 5.4.

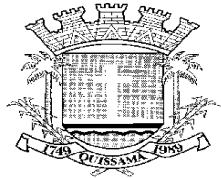
9.3 – As empresas que desejarem poderão se fazer representar indiretamente através de procurador ou pessoa credenciada, com amplos poderes para representá-la em todos os atos e fases do certame.

9.4 – O instrumento de procuração ou carta de credenciamento, com firma reconhecida, serão entregues em separado dos envelopes diretamente a Comissão de Licitações, e serão examinados antes da abertura da documentação.

10 – DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

10.1 – No início da sessão de abertura, os documentos de representação depois de examinados e conferidos, serão retidos, rubricados e juntados ao processo administrativo pela Comissão Especial de Licitações.

10.1.1 – Os trabalhos de elaboração e posterior acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana deverão ocorrer conforme fases e etapas descritas no item 3 do Projeto Básico.



10.2 – Os documentos contidos no envelope “A” serão examinados e conferidos. A critério da Comissão de Licitações poderá ser anunciado, de imediato, o resultado da habilitação, ou designado dia e hora para sua divulgação.

10.3 – Anunciados os resultados da primeira fase do certame e ocorrendo a renúncia expressa do direito de recurso contra a habilitação ou inabilitação prevista na letra “a”, inciso I, do art. 109 da Lei nº 8.666/93, por parte dos licitantes, a Comissão de Licitações, registrará o fato em Ata, devolverá aos participantes inabilitados os envelopes “B” ainda fechados, e procederá imediatamente a abertura dos envelopes com as propostas de preços dos licitantes habilitados.

10.4 – Não havendo desistência expressa de recurso à habilitação ou inabilitação a Comissão de Licitações encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo para a interposição.

10.5 – O conteúdo dos envelopes “A” abertos será juntado ao processo administrativo, os envelopes “B” serão encerrados em um outro envelope único, devidamente rubricado pela Comissão de Licitações e pelos representantes dos licitantes presentes, permanecendo sob custódia até a abertura em outro ato público.

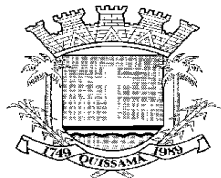
10.6 – Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem interposição, o Presidente de Comissão de Licitações designará dia e hora de prosseguimento da sessão para a abertura dos envelopes “B”, ocasião em que devolverá os mesmos envelopes, ainda fechados aos participantes inabilitados.

10.7 – Abertos os envelopes “B”, as propostas de Preços serão rubricadas obrigatoriamente por um ou mais membros da Comissão de Licitações e pelas Licitantes presentes, e após a devida análise será procedida à classificação das mesmas.

10.8 – No julgamento das propostas, levar-se-ão em conta o atendimento às especificações do Edital e as condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

10.9 – A proposta escolhida será, entre as classificadas, a que oferecer o menor preço global.

10.10 – No caso de absoluta igualdade de preços e condições entre duas ou mais propostas, e para fins de adjudicação, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, conforme estabelece a Lei de Licitações.



10.11 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do Edital e aquelas com preços excessivos, com valor superior ao valor estimado de R\$ 260.556,41 (duzentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) ou manifestamente inexequíveis.

10.12 – Se todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido o prazo de 8 (oito) dias úteis para as Licitantes escoimarem os vícios ou apresentarem outras propostas.

10.13 – Serão igualmente desconsideradas as propostas apresentadas em desacordo com estas Normas, ou com borrões, rasuras, emendas, ressalvas ou omissões.

10.14 – Os licitantes não poderão impugnar o Edital de Licitação após o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas (Art. 41, parágrafo 2º).

10.15 – A inabilitação do licitante importa em preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

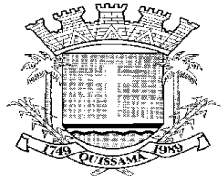
10.16 – Instruída com parecer da Comissão, baseado nos preceitos do artigo 49 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, a presente licitação será submetida à apreciação da autoridade competente para aprová-la, à qual poderá revogá-la por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.

10.17 – Não serão considerados pela Comissão, sob qualquer pretexto, os pedidos de alteração de preços cotados, de complementação, ou de cancelamento, parcial ou total da proposta apresentada.

10.18 – Das decisões proferidas caberá o recurso previsto no inciso I do Artigo 109 da Lei nº 8.666/93, interposto na forma do Parágrafo 4º do reportado Art. 109.

10.19 – Os recursos serão interpostos por escrito, registrando-se a data de sua entrega ao Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Administração, situada na rua Conde de Araruama, 425, Centro - Quissamã – RJ.

10.20.1 – Proferido o julgamento das propostas pela Comissão de Licitação, decorrido *in albis* o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa, ou no caso de interposição dos recursos,



após seu julgamento, o procedimento licitatório será encaminhado à autoridade competente para homologação do julgado e adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

10.21 – Homologado o resultado, adjudicado o objeto licitado ao vencedor, a SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, convocará, por escrito, dentro do período de validade da Proposta, para comparecer, em data, hora e local designados na convocação para a assinatura do Contrato.

11 – DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

11.1 – Constam do Modelo de Contrato, parte integrante deste Edital – ANEXO VII, as condições e formas de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes.

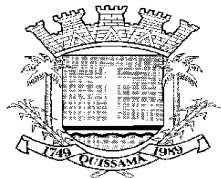
11.2 – O pagamento dar-se-á por empenho Global em 06 (seis) parcelas obedecido ao Cronograma de Desembolso Estimado, os pagamentos serão efetuados depois de certificado o cumprimento das disposições desta cláusula, bem como, da comprovação da inscrição de obra junto ao INSS, da Lei 8.666/93 (Art. 71), da Lei 4.320/64 e demais disposições aplicáveis.

11.3 – O atraso no pagamento implicará na incidência de juros de 1 % (um por cento) ao mês, mais TR como compensação financeira, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data da entrega aposta pelo protocolo da SEMOU no título da cobrança e a data do efetivo pagamento.

11.4 – Os pagamentos efetuados antecipadamente, sofrerão desconto *pro rata die*, calculados pela variação da TR entre o dia do efetivo pagamento e data inicialmente prevista para pagamento.

11.5 – O recebimento das parcelas de pagamento devidas condiciona-se à comprovação pela CONTRATADA do recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS relativas à mão de obra empregada, o documento comprobatório ficará anexado, por cópia reprográfica, ao respectivo processo de pagamento.

11.6 – Até a data de assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja



situação técnica ou econômico-financeira tenha se alterado após o início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

11.7 – A não assinatura do Contrato, por qualquer motivo, dentro do prazo fixado, por parte do licitante convocado, implicará em sua eliminação, além da incidência de multa na ordem de 5% (cinco por cento) do valor estimado do Contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93.

12 - DO REAJUSTAMENTO

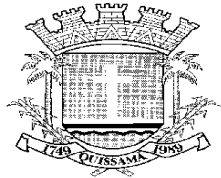
12.1- O valor do contrato poderá ser reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, tendo como base a variação de índice oficial.

12.2 - Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA (IBGE) ou outro índice que venha substituí-lo por força de determinação governamental. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores

13 – DAS PENALIDADES

13.1 – Aplicam-se às disposições gerais e especiais previstas nos artigos 81 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93 ao presente Edital e Contrato dele oriundo.

13.2 – A recusa da adjudicatária em receber o memorando de início de serviço, dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, a impedirá de participar de novas licitações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de multa.



14 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 – A Administração receberá e aceitará o objeto desta licitação, se e quando perfeitamente de acordo com as condições estabelecidas nas Normas Gerais.

14.2 – Executado o Contrato, a Fiscalização receberá provisoriamente o seu objeto, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, onde constará o prazo de observação, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 69 da Lei 8.666/93. O recebimento definitivo do objeto do Contrato dar-se-á por Comissão constituída por 3 (três) membros designados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA. Tanto o fiscal da execução do Contrato, quanto os membros da Comissão deverão ter habilitação profissional compatível com as funções que exercerão.

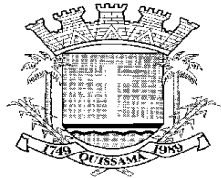
14.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

15 – DA VISITA TÉCNICA

15.1 – A empresa interessada em participar desta licitação poderá visitar o local onde se realizarão os serviços que constituem o objeto desta licitação. A visita será efetivada para todos os interessados, mediante agendamento prévio com a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo, por meio dos telefones (22) 2768-9300, ramal 9342, de 8hs às 11h30 e de 13h30 às 17hs, com o Engº. Carlos Eduardo. O Município fornecerá o Atestado de Visita e Informações Técnicas, conforme modelo do Anexo III. Esse atestado, será juntado à documentação de habilitação, nos termos do inciso III do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

15.2 – Há a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por uma declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

15.3 – Os interessados deverão apresentar, no ato da visita, Contrato Social da empresa, tratando-se de Sócio/Administrador, ou, no caso de representante, Documento de



Credenciamento expedido pela empresa (original ou cópia autenticada) que comprove a autorização para realizar a visita e receber o Atestado de Visita, bem como documento de identidade.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1 - As informações relativas a este Edital poderão ser esclarecidas junto à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, na Rua Conde de Araruama, 425 - Centro - Quissamã – RJ, de segunda à quinta-feira no horário de 8h às 11h30 e de 13h30 às 17h, e sexta-feira no horário de 08hs às 12hs ou pelo telefone (22) 2768-1573, com a Sra. Cláudia Magno, ou com o Departamento de Licitação pelo telefone (22) 2768-9300, ramal 9368, exceto feriados. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão aquelas de caráter estritamente informal.

16.2 – O edital poderá ser consultado por qualquer interessado na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ, durante o expediente normal do órgão licitante e no site www.quissama.rj.gov.br.

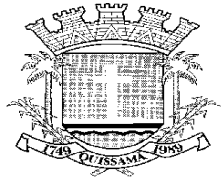
16.3 – Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

16.4 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5 – A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

16.6 – Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.7 – É facultada à Comissão Especial ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do



processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.8 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.9 – A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

16.10 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

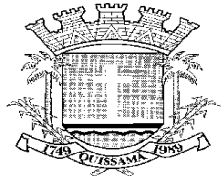
16.11 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.12 – As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.13 – Qualquer cessão, subcontratação ou transferência posterior a contratação feita sem autorização da CONTRATANTE será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de sujeição às cominações legais e contratuais cabíveis.

16.14 – Em caso de subcontratação, a contratada permanecerá solidariamente responsável com o subcontratado, tanto em relação à CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições do contrato.

16.15 – A licitante contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à contratante ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o Município de Quissamã de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

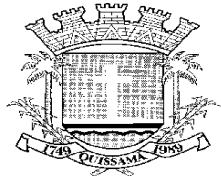
16.16 – A contratada será a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdência Social, Seguro de Acidentes do Trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, previstos na Legislação Federal, sendo que o seu descumprimento poderá motivar aplicações de multas ou rescisão do contrato com a aplicação das sanções cabíveis.

16.17 – A Administração se reserva o direito de até a data da abertura das propostas, e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar ou desistir da presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

16.18 – Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã, 26 de março de 2024

Carlos Davi Pessanha Barcelos
Assessor Técnico de Minutas de Editais
(Em exercício conforme portaria nº 24.312/2024)



SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1 – Justificativa

O Plano de Mobilidade Urbana é um instrumento de gestão pública, complementar ao Plano Diretor, para orientar ações, projetos, investimentos e o melhor ordenamento no deslocamento das pessoas, veículos, cargas e na ocupação do solo a serem desenvolvidos em determinado município ou região, a fim de que se promova a acessibilidade universal e o adensamento sustentável de áreas já infraestruturadas de serviços públicos.

Tem como princípios fundamentais os meios ativos, a integração dos sistemas de mobilidade, o desenvolvimento sustentável orientado ao transporte e a velocidade moderada, cujo as prioridades são o incentivo aos modos ativos (não motorizados), o transporte público coletivo, e a acessibilidade universal, definidos pelas Leis Federais 12.587/2012 e 13.146/2015, especialmente, as quais instituem as diretrizes das Políticas Nacionais de Mobilidade Urbana e da Acessibilidade Universal.

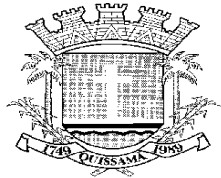
A elaboração de um Plano de Mobilidade demanda a análise dos deslocamentos que ocorrem e que impactam na circulação no município, em um cenário atual e futuro, em uma perspectiva de até 30 anos, com revisão a cada 10 anos, assim como se propõe a garantir uma infraestrutura associada aos diversos modos de transporte, que priorize os meios não motorizados e garanta a inclusão ampla e irrestrita, no intuito de identificar e planejar ações de melhoria do sistema de mobilidade local, indistintamente em todo o município, de forma compatível e complementar com as diretrizes estabelecidas pelo seu Plano Diretor e as legislações urbanísticas complementares.

Dispõe o §4º, inciso II, do artigo 24, da lei federal 12.587/2012, que os municípios com até 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes deverão elaborar e aprovar os seus respectivos planos de mobilidade urbana até 12.04.2023.

Em Quissamã, apesar de existência um Plano Municipal de Transporte, ainda não foi elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana.

A fim de melhor planejar a política de mobilidade urbana, a lei municipal nº 2009/2020 criou na estrutura administrativa do Município a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, que tem como um dos objetivos principais a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Quissamã.

Portanto, além de cumprir o disposto no artigo 24 da Lei Federal nº 12.587/2020, a contratação dos serviços descritos no presente projeto básico tem como propósito modernizar, tornar mais eficiente



e humano o sistema de mobilidade de Quissamã, e consolidar a integração desejada entre os modos de transporte, baseando-se nas melhores e mais eficientes e sustentáveis alternativas tecnológicas, institucionais, financeiras, ambientais e legais.

2 – Objeto:

Realização de tomada de preços para posterior contratação de serviços técnicos de engenharia especializada para elaboração e posterior acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Quissamã, que deverá estar integrado ao Plano Diretor Municipal.

3 – Metodologia:

Os trabalhos de elaboração e posterior acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana deverão ocorrer conforme fases e etapas descritas a seguir:

3.1 Primeira Etapa: Proposta Metodológica e Plano de Trabalho

Etapa de mobilização geral, através de reunião com a Sra. Prefeita, secretariado municipal e corpo técnico do Município, para apresentação e pactuação da proposta metodológica e estratégia participativa de desenvolvimento da elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Quissamã.

Elaboração do Plano de Trabalho detalhado com equipe de consultoria e equipe técnica, detalhando pacotes de trabalho, lista de atividades, cronograma, responsáveis e metas a alcançar.

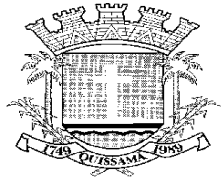
Nesta etapa, serão desenvolvidas atividades de lições aprendidas com *staff* técnico da prefeitura para conhecer as demandas, dificuldades, sugestões, bem como sua visão geral sobre a legislação vigente.

O Plano de Trabalho deverá condensar uma análise acerca dos problemas, potencialidades e alternativas para um futuro sustentável do município, segundo equipe da prefeitura de Quissamã.

3.2 Segunda Etapa: Análise das Leis Vigentes e Diagnóstico de Política de Mobilidade urbana do Município

Levantamento e Análise de trabalhos existentes e legislação vigente, em especial o Plano Diretor vigente e demais legislações urbanísticas do Município (Códigos de Obras e Posturas, regulamentações de parcelamentos, licenciamentos, planos e projetos, entre outros).

Coleta de dados e informações complementares através de pesquisa documental, de campo e com equipe da prefeitura e grupos de munícipes, para obtenção e atualização dos principais indicadores da realidade ambiental, socioeconômico, urbana e da organização físico territorial municipal atual. Identificação de riscos e oportunidades para o futuro sustentável de Quissamã, inserida em sua região.



Como produtos desta etapa constarão: relatório de análise das leis vigentes e atualização do diagnóstico do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Quissamã.

3.3 Terceira Etapa: Leituras Técnicas e Comunitárias

Nessa etapa prevê a realização de reuniões com os corpos técnicos da empresa vencedora do certame licitatório, dos técnicos que compõem a Comissão do Plano Diretor do Município de Quissamã e da Comissão do Plano de Mobilidade Urbana.

Estará também prevista as reuniões comunitárias, no mínimo, 03 (três) para explanação do Plano de Mobilidade Urbana do Município e ouvir a comunidade sobre as demandas de Políticas de Mobilidade Urbana, tendo como principais objetivos a promoção de amplo debate dos trabalhos de forma a sensibilizar o público-alvo para a importância do planejamento físico-territorial e colher sugestões e percepções para consolidação de diretrizes e estratégias de ação, segundo uma leitura comunitária.

3.4 Quarta Etapa: CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E FÓRUM

A estratégia participativa proposta prevê a realização de reuniões com o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, que poderá convidar moradores, lideranças e demais representantes de entidades que atuam no município de Quissamã.

Sendo assim, o debate das diretrizes para revisão do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, que acontecerá em sessões plenárias do Conselho de Mobilidade Urbana, deverá abordar diferentes temas e levantar, principalmente, o histórico da política de mobilidade urbana no município nos últimos anos, bem como ações passíveis de serem readequadas e consideradas nessa oportunidade de elaboração da lei.

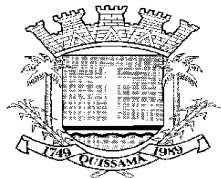
3.5 Quinta Etapa: Relatório Final

Consolidação dos Resultados de todas as etapas antecessoras de trabalho.

Revisão Final do Anteprojeto de Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Quissamã. Revisão de mapeamentos, com edição de desenho em formatos compatíveis com a elucidação do texto da lei (Os documentos deverão ser compatíveis para utilização no sistema ArcGis).

Assessoria à equipe da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e/ou do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana para fins de realização de um seminário de apresentação final do Projeto de Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana para a Câmara Municipal de Quissamã.

4– Justificativa de Preço:



Informamos que os itens da planilha de composição de custos, tem como base de preço a tabela EMOP (dezembro/2022), conforme planilha anexa.

O valor estimado total é de **R\$ 260.556,41** (duzentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e hum centavos)

5 - Local e prazo para realização dos serviços:

O prazo total estimado para a execução dos serviços propostos é de 240 (duzentos e quarenta) dias, após empenho e assinatura da autorização de início dos serviços.

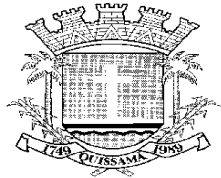
6 – Cronograma de desembolso:

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO	ATIVIDADES	PREÇOS (R\$)	%
1ª	30 dias após empenho e realização dos serviços	Proposta metodológica Plano de trabalho	43.358,83	16,64
2ª	60 dias após empenho e realização dos serviços	Análise das leis vigentes	34.216,84	13,13
3ª	120 dias após empenho e realização dos serviços	Diagnóstico da PMU do Município	48.744,30	18,71
4ª	150 dias após empenho e realização dos serviços	Leituras técnica e comunitária e atualização do diagnóstico do PMMU	49.914,33	19,16
5ª	210 dias após empenho e realização dos serviços	Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Fórum	46.404,24	17,81
6ª	240 dias após empenho e realização dos serviços	Relatório Final	37.917,87	14,55
TOTAL			260.556,41	100,00

6.1 - PRODUTOS PARCIAIS

Os produtos intermediários serão os relatórios de andamento dos trabalhos, a serem entregues em cada etapa e quando da apresentação de cada fatura de pagamento a Contratante.

6.2 - PRODUTO FINAL



Para a fase de elaboração, relatórios de consolidação de todo o processo e apresentação da versão final do projeto de lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

Os relatórios finais deverão ser entregues em 4 (quatro) exemplares, sendo 2 (dois) em meio digital gravado em CD-ROM e outros 2 (dois) em meio impresso, devendo ser disponibilizados ao Contratante os arquivos compatíveis com o sistema ArcGis.

Além disso, a contratada deverá disponibilizar o trabalho final no servidor da Secretaria contratante ou em sistema de nuvem a ser oportunamente indicado.

Para a fase de acompanhamento da implementação, relatório conclusivo, ao final do prazo de vigência do contrato, consolidando os indicadores de atendimento pelo Município das metas estabelecidas no Plano de Mobilidade Urbana, com a indicação de medidas para implementação das metas ainda não atingidas.

Todos os produtos decorrentes do objeto deste Projeto Básico serão de propriedade do contratante.

7 - Obrigações da Contratada:

Deverá ser disponibilizada equipe técnica para o desenvolvimento dos trabalhos, incluindo profissionais com experiência em planos diretores, planos de mobilidade urbana, código de obras e posturas, planejamento e uso do solo urbano, em planejamento espacial de estruturas metropolitanas, em direito urbanístico, em dinâmica de discussões em grupo, em arquitetura e urbanismo, além de técnicos de apoio em multimídia, desenhos digitais e reconhecimento de dados e informações documentais e de campo e edição de textos e planilhas.

Arcar com os impostos incidentes;

Arcar com as despesas de hospedagem e alimentação necessários a realização dos serviços.

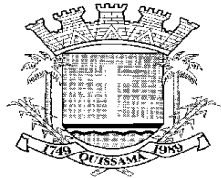
Sendo os serviços de Arquitetura e Urbanismo deverá a contratada apresentar inscrição junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

8 – Obrigações da Contratante:

8.1. Efetuar os pagamentos, nos termos do Cronograma Desembolso;

8.2. Disponibilizar equipe técnica e documentos necessários para o desenvolvimento dos serviços;

8.3. Disponibilizar local para reuniões técnicas e realização das etapas do Plano de Mobilidade Urbana;



8.4. Agendar as reuniões comunitárias e apresentação final do Projeto de Lei do Plano Municipal de Mobilidade Urbana para a Câmara Municipal de Quissamã.

09 - Tipo de Empenho:

Empenho Global.

10. Modalidade de Licitação:

Tomada de preços.

11. Dotação Orçamentária:

11.1. As despesas provenientes da presente licitação serão cobertas com recursos da seguinte dotação orçamentária:

11.1.1. **Funcional Programática:** 264510079.2.095

11.1.2. **Elemento de Despesas:** 3.3.90.39.00.00

11.1.3. **Ficha:** 4132

12. Área de Abrangência e Reajuste de Preço:

12.1- O Plano de Mobilidade Urbana do Município de Quissamã, embora esteja restrito aos limites do município, deverá considerar as áreas dos municípios vizinhos, bem como a articulação dos sistemas viários e de transporte com as cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

12.2- O valor do contrato poderá ser reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, tendo como base a variação de índice oficial.

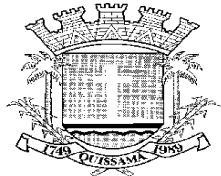
Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA (IBGE) ou outro índice que venha substituí-lo por força de determinação governamental. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores.

13. Da Fiscalização dos Serviços:

13.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente do Projeto Básico caberão, **respectivamente**, a servidores especialmente designados pela **Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana** nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.2. Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a **Prefeitura Municipal de Quissamã** ou modificação da contratação;

13.3. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal da **Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana** deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade



administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

13.4. A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

14. Forma de Pagamento:

14.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, conforme cronograma desembolso e liquidação da nota fiscal, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas;

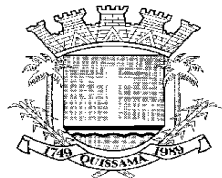
14.2. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da **CND** obtido junto ao **INSS**, bem como do **CRF**, obtido perante o **FGTS**, dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

15. Outras informações:

15.1. Os serviços não se enquadram como de engenharia e sim como serviços técnicos especializados;

15.2. Foi utilizado como parâmetro de composição de preços a tabela referente a licitação da revisão do Plano Diretor do Município de Quissamã;

15.3. Seguem apensados ao presente a Revisão do Plano Diretor do Município de Quissamã, a Revisão do Plano Municipal de Transportes, mapa do Município e informações quanto a população do Município.



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

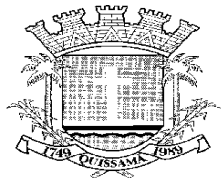
P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024
ANEXO I / I

PLANILHA DE PREÇOS E SERVIÇOS



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

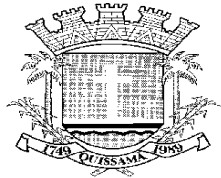
Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

ANEXO II / I

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

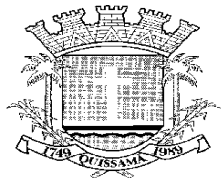
Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

ANEXO III / I

COMPOSIÇÃO DO BDI



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

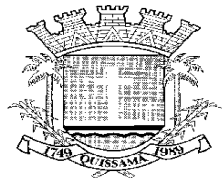
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

ANEXO IV/I –

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO	ATIVIDADES	PREÇOS (R\$)	%
1ª	30 dias após empenho e realização dos serviços	Proposta metodológica Plano de trabalho	43.358,83	16,64
2ª	60 dias após empenho e realização dos serviços	Análise das leis vigentes	34.216,84	13,13
3ª	120 dias após empenho e realização dos serviços	Diagnóstico da PMU do Município	48.744,30	18,71
4ª	150 dias após empenho e realização dos serviços	Leituras técnica e comunitária e atualização do diagnóstico do PMMU	49.914,33	19,16
5ª	210 dias após empenho e realização dos serviços	Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Fórum	46.404,24	17,81
6ª	240 dias após empenho e realização dos serviços	Relatório Final	37.917,87	14,55
TOTAL			260.556,41	100,00



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

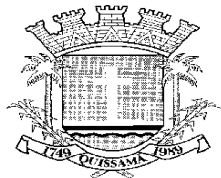
P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024 ANEXO II PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

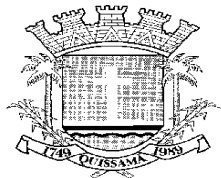
Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024
ANEXO III
ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaramos para efeito da Tomada de Preços nº /2024, que o
Sr _____, portador do RG
nº _____ Representante da Empresa
_____, CNPJ
nº _____, procedeu à visita técnica ao local dos serviços deste
Edital, recebendo todas as informações, projetos, especificações e demais elementos
necessários para elaboração de sua proposta e declara, que todas as informações
pertinentes e relevantes necessárias à confecção de sua proposta são de seu pleno
conhecimento.

Quissamã, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo (representante legal)



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

ANEXO IV

(Modelo de Credenciamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Comissão de Especial de Licitação – C.E.L.
LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº /2024

(local), ____ de ____ de 2024

À

Prefeitura Municipal de Quissamã

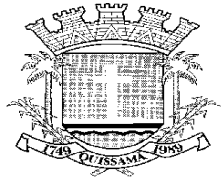
REF.: Credenciamento Tomada de Preços nº /2024.

Prezados Senhores,

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, na Tomada de Preços nº /2024, a ser realizada em ____/____/____, nesse Município, às ____ horas, podendo praticar todos os atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho desta outorgada, inclusive, prestar esclarecimentos, receber notificações e manifestar-se quanto a sua desistência de interpor recursos e de participar do certame.

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

OBSERVAÇÕES: A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário e **COM FIRMA RECONHECIDA DO REPRESENTANTE LEGAL.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

ANEXO V

(Modelo da Declaração relativa ao trabalho de menores)

DECLARAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS N.º ____/2024

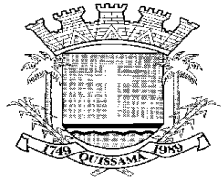
_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

Local e data

Assinatura e carimbo

(representante legal)



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

(Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante; se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição).

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024

ANEXO VI

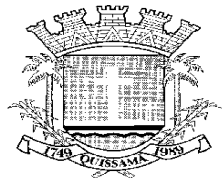
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP ou MEI;

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº /2024 - PMQ RJ

_____ (razão social da empresa), com sede na _____ (endereço), inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

.....
(data)

.....
(representante legal)



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Quissamã - Rio de Janeiro - RJ

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2024
ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO